

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EAP-2022 (1º TENENTE QOPM, QOC, QOE E QOS)
(Edital DRH/CRS nº 01, de 23 de março de 2022)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 25 de julho de 2022

(a) CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA OS 1º TENENTES DO QOPM, QOC, QOE E QOS E PARA OS 1º E 3º SARGENTOS DO QPPM E QPE DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2022.

**EAP/2022 – 1º TENENTE
(Edital DRH/CRS n. 01/2022, de 23 de março de 2022).**

Legislação Jurídica – Legislação Institucional – Doutrina Operacional.

NOME: _____
CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____
NR PM: _____ **SALA:** _____
DATA: _____

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Respeitar rigorosamente as normas de prevenção da COVID-19.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Prova sem consulta.
4. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
7. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas, ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 03 (três) horas, assim distribuídos: das 08h30 às 11h30: resolução da prova objetiva e preenchimento da folha de respostas.
9. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
10. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros (respeitadas as regras de controle e prevenção da COVID-19), no intervalo de tempo abrangido pela segunda hora de realização da prova, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

Assinatura do Candidato

LEGISLAÇÃO JURÍDICA

1ª QUESTÃO – Em relação ao previsto no **Código Penal Militar – Decreto-lei n. 1.001/1969**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Considera-se crime militar, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar bem como os previstos na legislação penal comum, desde que praticados por militar.
- B. () É isento de pena quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima
- C. () O militar da reserva perde as responsabilidades e conserva as prerrogativas do posto ou graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.
- D. () Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, sendo as punibilidades vinculadas, em razão da culpabilidade concorrente.

2ª QUESTÃO – Ainda em relação ao previsto no **Código Penal Militar – Decreto-lei n. 1.001/1969**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Considera-se crime militar ofender inferior, independente de ato de violência que, por natureza ou pelo meio empregado, se considere aviltante.
- B. () No crime militar de violação de domicílio, a manifestação de vontade do proprietário/morador contrária à entrada ou permanência em sua casa ou respectivas dependências, deve ser expressa e não tácita.
- C. () Não se considera crime militar a participação por interposta pessoa em contrato sobre o qual deva informar ou exercer fiscalização em razão do ofício.
- D. () Configura-se crime militar deixar o militar de desempenhar a missão que lhe foi confiada, inclusive em sua modalidade culposa.

3ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código Penal Brasileiro – Decreto-lei n. 2.848/1940**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () No crime de sequestro ou cárcere privado previsto no artigo 148 do Código Penal Brasileiro, a pena é aumentada daquela prevista no caput do mesmo artigo, pelo fato de a vítima ser autoridade ou agente descrito nos artigos 142 e 144 da Constituição Federal.
- B. () Configura o crime de extorsão qualificada a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- C. () Ter conjunção carnal com alguém, através de meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, configura o crime de violação sexual mediante fraude.
- D. () Não constitui conduta criminosa registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo, desde que haja autorização de pelo menos um dos participantes.

4ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Decreto-Lei nº 4.657/1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro**, analise as assertivas adiante e, em seguida, responda o que se pede:

- I. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- II. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

- III. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, exceto para os povos e comunidades legalmente reconhecidos, que decorrente de valores culturais, éticos e sociais, preservem suas características ancestrais.
- IV. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, entretanto, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- V. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- B. () Somente I é falsa.
- C. () Somente III e V são falsas.
- D. () Somente I, II e IV são falsas.

5ª QUESTÃO – Considerando o disposto no **Código de Processo Penal – Decreto-lei n. 3.689/1941**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () O preso por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz de garantias no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, momento em que se realizará audiência sem a necessidade de presença do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- B. () O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
- C. () O juiz poderá formalizar sua convicção e fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, desde que preencha os requisitos legais e estejam amparados em provas objetivas.
- D. () A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo proibido ao juiz, de ofício, ordenar produção antecipada de provas antes de iniciada a ação penal.

6ª QUESTÃO – Conforme previsto no **Código de Processo Penal – Decreto-lei n. 3.689/1941**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () O reconhecimento como etapa da cadeia de custódia compreende a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime, podendo ser ilustrado por fotografias, filmagens ou croqui.
- B. () É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como alteração de local de crime a sua realização.
- C. () Será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- D. () As provas testemunhais devem suprir os exames a serem realizados nos instrumentos empregados para a prática da infração, em especial, quanto à natureza e à eficiência.

7ª QUESTÃO – Com base no **Código de Processo Penal Militar - Decreto-lei n. 1.002/1969**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, ou atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
- B. () Mediante requisição do Ministério Público ou por decisão do Superior Tribunal Militar, o inquérito policial pode ser iniciado sem portaria.
- C. () A designação de escrivão para o inquérito caberá sempre ao respectivo encarregado, recaiando em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.
- D. () A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que conclusivo por inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.

8ª QUESTÃO – Com base no **Código de Processo Penal Militar - Decreto-lei n. 1.002/1969**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () As pessoas sujeitas a prisão provisória deverão ficar separadas das que estiverem definitivamente condenadas.
- B. () A prisão provisória é a que ocorre durante o inquérito, ou no curso do processo, antes da condenação definitiva.
- C. () O executor da busca domiciliar deverá apreender coisas mesmo quando houver dúvidas acerca da sua obtenção por meios criminosos ou de sua guarda ilícita.
- D. () A prisão em flagrante delito poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, mesmo sendo necessária a violação do domicílio.

9ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Constituição da República Federativa do Brasil**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares; polícias penais federal, estaduais e distrital.
- B. () À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes cometidos por policiais militares. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.
- C. () Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.
- D. () A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

10ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Constituição do Estado de Minas Gerais**, analise as assertivas abaixo e, em seguida, responda o que se pede:

- I. São objetivos prioritários do Estado criar condições para a segurança e a ordem pública.
- II. É facultado ao Poder Público ocupar e usar temporariamente bens e serviços, na hipótese de calamidade, situação em que o Estado responderá pela indenização, em dinheiro e imediatamente após a cessação do evento, dos danos e custos decorrentes.
- III. O oficial condenado na justiça militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será necessariamente considerado indigno do oficialato.

- IV. Em cada comarca funcionará pelo menos um Tribunal do Júri, com a composição e a organização que a lei federal determinar, assegurados o sigilo das votações, a plenitude da defesa e a soberania dos vereditos, e com competência para julgar os crimes contra a vida.

Estão **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () I e III, apenas.
 B. () II e IV, apenas.
 C. () Todas as assertivas estão incorretas.
 D. () III e IV apenas.

11ª QUESTÃO – Em relação à **Lei Federal n. 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 B. () O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo no limite do seu patrimônio.
 C. () Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao juiz competente, para as providências necessárias.
 D. () As disposições da Lei n. 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra de forma culposa para a prática do ato de improbidade.

12ª QUESTÃO – Com relação à **Lei Federal n. 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências**, analise as assertivas abaixo e, em seguida, responda o que se pede:

- I. Os dados relacionados à coleta de registros balísticos serão armazenados no Banco Nacional de Perfis Balísticos.
 II. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.
 III. O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
 IV. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos: comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II e III, apenas.
 B. () I, III e IV, apenas.
 C. () Todas as assertivas estão corretas.
 D. () I e IV, apenas.

13ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Configura crime de abuso de autoridade decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.
- B. () Configura crime de abuso de autoridade submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crime a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, mesmo sendo necessário para a elucidação do fato delituoso, a situação de violência e outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização.
- C. () A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 8 (oito) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.
- D. () A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configuram abuso de autoridade.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

14ª QUESTÃO – Sobre os deveres, responsabilidades, direitos e prerrogativas previstos na **Lei Estadual n. 5.301/1969 - contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e suas alterações**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os militares da ativa podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Comandante Geral.
- B. () Ressalvadas as situações expressamente definidas em lei federal, é vedada a utilização de componentes da Polícia Militar em órgãos civis, públicos ou privados, sob pena de responsabilidade de quem o permitir.
- C. () Os militares têm direito a foro privilegiado nos crimes comuns e militares.
- D. () Em caso de flagrante delito, o militar preso por autoridade policial civil permanecerá retido na delegacia ou presídio civil, até que seja expedido o alvará de soltura ou ordem de prisão pela autoridade judiciária.

15ª QUESTÃO – Sobre os requisitos para ingresso nas instituições militares estaduais, nos termos da **Lei Estadual n. 5.301/1969 – contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e suas alterações**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () O requisito de altura mínima de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) é exigido para todos os quadros da Polícia Militar.
- B. () A existência de tatuagem visível incompatível com o exercício da atividade militar será comprovada por Oficial médico ou comissão de oficiais médicos dos quadros da instituição militar ou por médicos contratados, em laudo devidamente fundamentado.
- C. () Estar sendo processado por crime doloso não impede o ingresso nas instituições militares estaduais.
- D. () Ter entre 18 e 30 anos de idade na data de inclusão é requisito obrigatório a todos os candidatos para o preenchimento de cargos de Oficiais.

16ª QUESTÃO – Sobre a reforma disciplinar compulsória prevista na **Lei Estadual n. 14.310/2002 – dispõe sobre o Código de Ética de Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () É uma medida excepcional, de conveniência da administração, que culmina no afastamento do militar, de ofício, do serviço ativo da Corporação, pelo reiterado cometimento de faltas ou pela sua gravidade, quando contar pelo menos quinze anos de efetivo serviço.
- B. () Não poderá ser reformado disciplinarmente o militar que estiver indiciado em inquérito ou submetido a processo por crime contra o patrimônio público ou particular.

- C. () A autoridade convocante da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, na decisão do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, poderá opinar pela reforma disciplinar compulsória do acusado, se presentes os requisitos.
- D. () Um militar condenado a pena privativa de liberdade de três anos, transitada em julgado, poderá ser sancionado pelo Comandante-Geral com a reforma disciplinar compulsória

17ª QUESTÃO – Sobre a audição de vítima, reclamante ou do responsável pela alegação, como ato probatório em processos administrativos, prevista na **Resolução Conjunta n. 4.220/2012 – Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais – MAPPA**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () O reclamante/vítima, por não prestar o compromisso legal de dizer a verdade, não responderá pelo crime de falso testemunho, mas poderá responder por denúncia caluniosa.
- B. () O militar que confeccionar queixa disciplinar contra superior não poderá ser ouvido na condição de ofendido em processo que for instaurado em decorrência do fato.
- C. () Mesmo que a vítima se sinta intimidada com a presença do acusado não poderá requerer a saída deste, visto que irá ferir a ampla defesa e o contraditório.
- D. () O reclamante/vítima deve responder todas as perguntas que lhe forem feitas ainda que possam incriminá-lo.

18ª QUESTÃO – Um 1º Tenente PM, Comandante de um Pelotão destacado da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, ao chegar para o expediente, recebeu das mãos do Sargenteante uma comunicação disciplinar confeccionada por um 3º Sargento PM em desfavor de um Cabo PM que teria, em tese, faltado ao serviço. Em análise, o 1º Tenente PM não vislumbrou, de imediato, qualquer causa de absolvição ou justificação.

Sobre o Processo de Comunicação Disciplinar - PCD, previsto na **Resolução Conjunta n. 4.220/2012 – Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais – MAPPA**, com base na situação descrita acima, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Comandante do Pelotão poderá designar, no prazo de 10 dias úteis, por meio de despacho, um encarregado para a elaboração do PCD.
- B. () O Comandante de Pelotão deverá encaminhar a Comunicação Disciplinar e seus anexos para a Seção de Recursos Humanos/Secretaria da Unidade para providências decorrentes.
- C. () Caso tenha decidido por instaurar o PCD, o Comandante de Pelotão poderá solucionar o referido processo.
- D. () Após o término do PCD pelo encarregado, antes de remetê-lo para o Comandante de Batalhão, o Comandante de Pelotão deverá solicitar o número do procedimento à Seção de Recursos Humanos/Secretaria.

19ª QUESTÃO – Sobre a “disponibilidade cautelar”, com esclarecimentos previstos na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 01/2014 (ICCPM/BM nº 01/14) – estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () O Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade pode solicitar a disponibilidade cautelar.
- B. () A disponibilidade cautelar é medida disciplinar de caráter sancionatório aplicada exclusivamente pelo Comandante-Geral.
- C. () É imprescindível a existência de provas da conduta irregular, indícios suficientes de responsabilidade do militar e a instauração de processo ou procedimento apuratório, para que seja declarada a sua disponibilidade cautelar.
- D. () A decretação de prisão provisória torna a disponibilidade cautelar inócua.

20ª QUESTÃO – Sobre o papel do preposto, previsto na **Resolução n. 4.234/2012** – estabelece procedimentos e competência para a proposição, formalização, celebração, execução e prestação de contas de convênios e outros instrumentos congêneres no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () A avaliação da eficácia do convênio não é atribuição do preposto, cabendo à Diretoria de Finanças, durante a prestação de contas, essa responsabilidade.
- B. () Para cada convênio, acordo, ajuste ou congêneres celebrado deverá estar designado pelo menos um preposto pela PMMG, que atuará como gerente do respectivo instrumento jurídico.
- C. () O preposto designado no âmbito da PMMG possui autonomia para instituir equipe no âmbito de sua competência para auxiliá-lo na gerência do convênio.
- D. () A designação e funções desempenhadas pelo preposto, para fins de cumprimento da Resolução, serão consideradas como encargo.

21ª QUESTÃO – Com relação ao previsto na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02/2014 (ICCPM/BM nº 02/14)** – que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG e CBMMG, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. Na PMMG os APF, inclusive aqueles realizados em período noturno, finais de semana, feriados e dias facultativos, serão lançados, registrados e controlados no Sistema Informatizado de Recursos Humanos (SIRH) ou equivalente, os quais receberão a numeração fornecida pelo Sistema, aos moldes do que ocorre com o IPM.
- II. Nos crimes militares cometidos no exercício da função ou em decorrência desta, a Central de Operações da IME, por meio do Coordenador do turno, a Corregedoria/Subcorregedoria ou equivalente deverá ser cientificada imediatamente.
- III. Na ocorrência de crime militar, especialmente o que tenha sido cometido no exercício da função ou em decorrência desta, a Guarnição acusada do cometimento de crime, deverá ser recolhida ao quartel, após findadas as diligências de apuração do crime, para as providências relativas ao APF.
- IV. Caso o infrator, ao ser preso, tenha a posse de objeto produto de crime, além de ser obrigatória a lavratura do competente “auto de apreensão”, também, deve ser procedida a avaliação do objeto apreendido, juntando o respectivo “auto de avaliação” ao APF.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II e III, apenas.
- B. () Todas as assertivas estão corretas.
- C. () I e IV, apenas.
- D. () I, III e IV, apenas.

22ª QUESTÃO – Conforme a **Resolução n. 5.139/2021** – aprova o Manual de Gestão de Imóveis da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Toda realização de obra em imóvel sob a responsabilidade da PMMG, será obrigatoriamente precedida da elaboração dos projetos técnicos, que serão analisados pela DAL.
- B. () Um militar do Gabinete Militar do Governador poderá ficar alojado em um Batalhão da PMMG localizado no interior do Estado durante todo o período da diligência, mediante autorização do Comandante da UEOp.
- C. () Não havendo disponibilidade de Residência Funcional na localidade onde se situa a sede da Unidade ou da fração destacada, fica autorizada a locação de imóvel para essa finalidade.
- D. () Não é permitido ao Estado adquirir um imóvel para utilização pela PMMG por meio de doação.

23ª QUESTÃO – Com base na **Resolução n. 4.745/2018** – regula os procedimentos operacionais para a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências (TCO) pela Polícia Militar de Minas Gerais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Os materiais arrecadados/apreendidos no REDS-TC, que deverão constar no REDS, serão acondicionados e lacrados pelo seu relator em invólucro próprio e entregues na CREDS-TC antes do final do turno de serviço.
- B. () Não será lavrado, em regra, o REDS-TC nas situações de infrações penais eleitorais, salvo quando no local da infração não houver órgãos da Polícia Federal.
- C. () Nas infrações penais de menor potencial ofensivo que requeiram o registro imediato será confeccionado o REDS-TC, que será dirigido diretamente ao Juizado Especial Criminal (JECrim) da Comarca onde se deu a ocorrência do fato.
- D. () A CREDS-TC das Unidades/Frações serão subordinadas tecnicamente à Seção Administrativa do Batalhão, com oficial designado como coordenador de suas atividades, e terão, dentre outras atribuições, a de encaminhar, se possível no primeiro dia útil posterior ao registro, os REDS-TC ao JECrim.

24ª QUESTÃO – Com relação ao previsto no **Manual de Gerenciamento de Frota da Polícia Militar de Minas Gerais**, aprovado pela **Resolução n. 5.142/2021**, marque (V) nas assertivas verdadeiras e (F) nas assertivas falsas no que se refere a Identificação da Frota:

- () As alterações ou a adesivação de inscrição de quaisquer letreiros em viaturas de PMMG, que não estejam previstas no Catálogo Geral de Viaturas, deverão ser solicitadas à DAL que encaminhará ao Estado-Maior para aprovação.
- () As alterações de características de viaturas do SIPOM deverão ser solicitadas à DAL para parecer e, posteriormente, deverão ser encaminhadas ao Estado-Maior para aprovação.
- () A alteração, a regravação de chassi, a conversão de motores para outro tipo de combustível, a substituição e/ou troca de motores, a alteração de cores ou de qualquer característica, somente serão procedidas mediante motivação e envio de documentação necessária pelo Comando Regional à DAL, que adotará, após análise e autorização, providências para regularização do registro no DETRAN, por intermédio de SEPLAG.
- () As viaturas da PMMG receberão CRLVs emitidos pelo DETRAN/MG, por meio da SEPLAG, e serão, obrigatoriamente, emplacadas segundo as normas do CTB.
- () A descaracterização de viaturas deverá ser motivada mediante parecer do Gestor da Frota da Unidade, que deverá ser enviado à Região para análise e decisão.

Assinale a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () V, V, F, V, V.
- B. () V, F, V, V, V.
- C. () V, F, V, V, F.
- D. () F, F, V, F, F.

25ª QUESTÃO – Considerando a **Resolução n. 5.135/2021** – dispõe sobre a aquisição, a venda, o cadastro, o registro, a posse e o porte de arma de fogo, munição e colete de proteção balística de propriedade dos policiais militares da PMMG, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. A aquisição de colete de proteção balística de uso permitido não necessita de prévia autorização institucional.
- II. O CRAF expedido até a data da publicação desta Resolução permanecerá válido, devendo ser substituído pelo novo modelo quando expirar o seu prazo de validade.
- III. Nos casos em que o militar estiver com licença ou dispensa de saúde com restrição ao uso ou manuseio de armamento e, ao mesmo tempo, possuir arma de fogo registrada no SIGMA, constante do acervo de colecionamento, tiro desportivo ou caça, a Unidade do militar deverá comunicar aquela situação ao órgão competente do EB para fins de suspensão ou cancelamento do respectivo registro, nos termos da legislação de regência.

- IV. O militar que tiver o seu CRAF (impresso em papel moeda) extraviado, por qualquer motivo, providenciará, de imediato, o registro em boletim de ocorrência e comunicará o fato ao seu Chefe direto e à autoridade militar que expediu o documento. O militar comunicará, de imediato, à sua Unidade a recuperação do CRAF extraviado.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I e IV, apenas.
 B. () II e III, apenas.
 C. () Todas as assertivas estão corretas.
 D. () III e IV, apenas.

26ª QUESTÃO – Considerando a **Resolução n. 5.136/2021 – dispõe sobre a cautela fixa de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Ao militar que se envolver em ação legítima, da qual resultar em apreensão da arma de fogo institucional, poderá ser concedido nova cautela fixa de arma de fogo somente após 02 (dois) dias úteis do fato, a critério do Comandante e observados os demais requisitos, permanecendo válida a documentação inicial.
 B. () O militar que tiver a arma extraviada em sua cautela, por qualquer motivo, providenciará, de imediato, um Relatório Reservado circunstanciado, comunicando o fato ao Comandante de sua Unidade.
 C. () O militar poderá permanecer com a cautela fixa de arma de fogo nos períodos de férias anuais ou prêmio, e licenças previstas em lei, salvo manifestação em contrário da administração. Nos casos descritos, caso o militar manifeste interesse, poderá deixar a respectiva arma de fogo na RAME da sua Unidade durante o período em que estiver no gozo de férias anuais, prêmio ou licença.
 D. () O Porte Especial de Arma de Fogo é a autorização dada pela administração, observados os critérios de conveniência e de oportunidade, para que o militar da ativa permaneça, em tempo integral e por prazo indeterminado, com a posse da arma de fogo pertencente à PMMG.

DOUTRINA OPERACIONAL

27ª QUESTÃO – Com relação à **Instrução nº 3.03.21/2017-CG, que regula o Emprego das Bases de Segurança Comunitária**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Os policiais militares empregados em motocicletas executarão o patrulhamento preventivo no setor em cumprimento a cartão-programa, que será confeccionado e atualizado pelo Comandante de Setor e Comandante da Companhia, sob coordenação da Seção de Emprego Operacional da Unidade.
 B. () É uma das atribuições do Comandante de Setor fiscalizar todas as Bases Comunitárias durante o turno de serviço, ou fazê-lo por amostragem quando outras demandas operacionais não permitirem.
 C. () Os locais de instalação das Bases serão definidos pelo Comando Regional em conjunto com os batalhões, em observância a aspectos técnicos.
 D. () As reuniões com lideranças comunitárias não poderão ser feitas na própria Base, mesmo que a quantidade de pessoas permita, haja vista que a BSC não é um local adequado para tal.

28ª QUESTÃO – Uma Unidade de Execução Operacional (UEOp), após determinação da Unidade de Direção Intermediária (UDI), estava planejando criar um serviço diferente daqueles que constam na grade do portfólio da PMMG. Para tanto, o Comando da UEOp traçou estratégias com o objetivo de seguir os trâmites que regem o fluxo de implementação de novos serviços na PMMG, para iniciar o projeto-piloto na área sob sua responsabilidade territorial. Tomando-se por base a **Resolução nº 4.827/2019, que regula o portfólio de serviços da PMMG**, assinale (V) para as assertivas verdadeiras e (F) para as falsas e, ao final, responda o que se pede:

- () Uma das etapas do fluxo de implementação do novo serviço é a avaliação e validação da proposta da UEOp, que fica a cargo da RPM.
- () A etapa de identificação da demanda e análise da viabilidade do serviço a ser implantado deve ser executada pela UEOp.
- () A autorização da implementação do projeto por período determinado e a avaliação do projeto são etapas de responsabilidade do Comando Geral e da RPM, respectivamente.
- () A etapa de encaminhamento da proposta ao Comando Geral deve ser feito pela Diretoria de Apoio Operacional.
- () A decisão quanto à continuidade ou não do serviço é a última etapa do fluxo de implementação e deve ser tomada pelo Comando Geral.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, F, V, V, V.
- B. () V, V, F, F, V.
- C. () F, V, V, F, F.
- D. () V, F, F, V, F.

29ª QUESTÃO – A P3 do 92º BPM estava condensando os dados que seriam utilizados na apresentação da Gestão de Desempenho Operacional (GDO), e, para tanto, foram colhidas informações relativas aos crimes ocorridos no mês de abril do ano de 2022. Sabendo-se que a população que reside na área sob responsabilidade territorial da unidade é de 250.000 pessoas e que alguns dos dados criminais relacionados ao mês e ao ano de referência são os contidos na tabela abaixo, analise as assertivas que seguem e assinale a alternativa **CORRETA**, tomando-se por base a **Instrução n. 8.001.2/2022-CG, que estabelece diretrizes para a Gestão do Desempenho Operacional na Polícia Militar de Minas Gerais**:

NATUREZA DA OCORRÊNCIA	TOTAL DE REGISTROS (ABRIL DE 2022)
Homicídio (tentado e consumado)	02
Sequestro ou cárcere privado (tentado e consumado)	01
Tráfico de drogas	06
Extorsão (tentado e consumado)	05
Furtos consumados	190
Roubo (tentado e consumado)	69
Disparo de arma de fogo	02
Estupro (tentado e consumado)	01
Posse/porte e arma de fogo	02
Estupro de vulnerável (tentado e consumado)	01
Extorsão mediante sequestro (tentado e consumado)	01
Furtos tentados	10

- A. () Considerando que todos os crimes violentos ocorridos no 92º BPM no mês de abril de 2022 foram praticados com utilização de arma de fogo e com conduzido, para o cálculo do Indicador de Apreensão de Armas de Fogo, serão considerados 81 (oitenta e um) crimes.
- B. () O valor do Indicador de Furtos (IF) para o mês de abril de 2022 foi de 76 (setenta e seis).
- C. () O ICV e o IF são indicadores monitorados em nível governamental como parte da política de segurança pública do Governo do Estado.
- D. () O valor do Indicador de Crimes Violentos (ICV) para o mês de abril de 2022 foi de 34,4 (trinta e quatro vírgula 4).

30ª QUESTÃO – Quanto ao contido na **Diretriz n. 3.01.01/2019-CG, que regula o Emprego Operacional da PMMG**, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

- I. Para se criar mais de um batalhão na sede de um município, a população desta localidade tem que ser acima de 300 (trezentos) mil habitantes.
- II. Em função da abrangência territorial das frações distribuídas em diversos pontos do estado, o Comando de Policiamento Rodoviário (CPRv) atua em consonância ao 1º esforço de emprego operacional, executando suas atribuições específicas.
- III. O PLEMOP (Plano de Emprego Operacional) é o documento que traduz a estratégia a ser adotada para cumprir determinada missão institucional de natureza operacional. A elaboração do PLEMOP nas Unidades de Execução Operacional é obrigatória, e ele deve ser revisto e atualizado anualmente.
- IV. Um dos aspectos a serem observados no PLEMOP, atendendo as peculiaridades, é o lançamento diário mínimo de 15% (quinze por cento) do efetivo operacional do dia, no exercício da atividade de Patrulha a Pé (PA).

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () Apenas I e IV.
- B. () Apenas I e II.
- C. () Apenas II e III.
- D. () Apenas III e IV.

31ª QUESTÃO – À luz do **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.01/2020-CG (MTP 01)**, que dispõe sobre **Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força**, analise as assertivas abaixo e, ao final, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. A metodologia de avaliação de riscos compreende 05 (cinco) etapas. A terceira etapa é a análise das vulnerabilidades, que consiste em analisar os recursos que existem para responder à ameaça.
 - II. Uma guarnição policial militar foi empenhada via rede-rádio pelo Centro de Operações Policiais Militares (COPOM) a fim de atender a uma ocorrência de roubo à mão armada a padaria em seu setor de patrulhamento. Durante o deslocamento, os integrantes da guarnição planejaram como poderão atuar na ocorrência, procurando vislumbrar possíveis abrigos, a necessidade de solicitar apoio de outras viaturas e também a provável rota de fuga dos agentes do roubo. No referido deslocamento para a padaria, o estado de prontidão adequado para os militares da guarnição empenhada pelo COPOM é o estado de alarme, caracterizado pela cor vermelha.
 - III. Um Tenente PM, ao realizar um Estudo de Situação com os integrantes de seu pelotão, utilizou a situação exposta na Assertiva II para avaliar como seus comandados atuariam ao chegar em frente à padaria. De acordo com o oficial, os componentes da guarnição, ao chegarem ao local e perceberem que um dos autores do roubo acabara de efetuar um disparo de arma de fogo, deveriam operar no estado de alarme, procurando, tais componentes, responder a ameaça utilizando-se de 03 (três) etapas, quais sejam identificar, decidir e agir. O oficial está correto em suas orientações.
 - IV. Quanto às possibilidades de uso ou emprego de armas de fogo, na Posição 2 a arma deve estar em guarda-baixa.
- A. () Apenas a assertiva IV é verdadeira.
 - B. () Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
 - C. () Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
 - D. () Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

32ª QUESTÃO – Com relação ao **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.02/2020-CG (MTP 02)**, que dispõe sobre **Abordagem a Pessoas**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () O Deslocamento por Coluna é aquele realizado com os policiais com formação em coluna a fim de realizar checagem de denúncias e operações em ambiente urbano e rural com possibilidade de confronto. A posição da arma em pronta resposta é a ideal para este tipo de deslocamento.
- B. () Quanto aos integrantes de uma patrulha com seis policiais militares, uma das funções básicas do Ponta de Vanguarda 2 é efetuar buscas pessoais.

- C. () Dentre os integrantes de uma patrulha com seis policiais militares, apenas 02 (dois) deles não têm como uma de suas atribuições a verbalização. Estes integrantes são o Comandante e o Ponta de Retaguarda 2.
- D. () Em uma Patrulha de Eventos, se houver um anteparo, a patrulha que é composta por dois policiais deverá se posicionar de costas formando uma linha de visão com uma angulação de aproximadamente 60 graus em relação à linha do anteparo.

33ª QUESTÃO – Durante as operações, os policiais devem ter cuidados especiais com o uso diferenciado da força, principalmente no que se refere à utilização de armas de fogo (dissuasivo e disparo). Observando preceitos legais e técnicos, a utilização de armas de fogo durante a blitz deverá seguir orientações específicas. De acordo com **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.03/2020-CG (MTP 03) – blitz policial**, assinale a alternativa **INCORRETA** referente ao uso de arma de fogo durante a blitz policial:

- A. () O PM Segurança, equipado com uma arma portátil com bandoleira, terá como benefício da utilização desse armamento, o seu aspecto de impacto psicológico, inibindo uma possível reação. A escolha desse armamento deve ser baseada nas suas características técnicas de emprego, alcance útil e calibre da munição.
- B. () Em casos de veículos em fuga a regra é não atirar. Todavia, existem algumas circunstâncias em que a vida do policial militar ou a de terceiros se encontra em grave e iminente risco, como nos casos de atropelamentos ou acidentes intencionais provocados pelo veículo em fuga (o motorista utiliza o veículo como “arma”). Nesses casos, após calculados os riscos e a responsabilidade da proteção da vida de outras pessoas, o policial militar pode efetuar o disparo, caso seja a única opção de cessar o iminente risco.
- C. () No caso de um resistente ativo que a princípio não coloca em risco a vida dos policiais, a resposta imediata será do PM que estiver mais próximo, ou em melhor posicionamento tático. Todos os policiais envolvidos na operação devem permanecer com a arma de fogo empunhada em condições de uso, com intuito de uma rápida intervenção em caso de evolução da ocorrência para uma agressão letal.
- D. () No caso do abordado se utilizar de agressão que põe em perigo de morte o policial ou pessoas envolvidas na intervenção, a resposta imediata será do PM segurança, que estará com a arma em pronta resposta. A primeira reação dos policiais deve ser voltada para a preservação de suas vidas e dos cidadãos, por isso deverão procurar abrigo.

34ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.04/2020-CG (MTP 04)**, sobre as abordagens à veículo com características especiais, analise as assertivas abaixo e, em seguida, responda o que se pede:

- I. Durante a abordagem à motocicleta, após o desembarque do condutor e do passageiro, deve ser determinado que ambos retirem os capacetes para que se proceda a identificação visual por parte dos policiais e, por consequência, para uma maior segurança durante a abordagem.
- II. Identificada a necessidade de se realizar busca pessoal em algum passageiro durante uma abordagem a ônibus, deve ser, em regra, procedida uma busca ligeira por parte do policial militar ainda no interior do ônibus e, logo após, o suspeito deve ser retirado do coletivo e conduzido para a lateral do ônibus para que seja prosseguida a busca pessoal.
- III. Numa abordagem nível 2 de um ônibus sem roleta e com duas ou mais portas de acesso, após a parada do veículo, o Policial Militar comandante, juntamente com o Policial Militar revistador, se aproximará da porta dianteira do ônibus, solicitará ao motorista que abra apenas as portas dianteira e traseira e que mantenha a porta central fechada, quando houver.
- IV. Na abordagem a caminhão nível 1 não é necessário que o motorista desembarque do veículo, uma vez que se trata de abordagem educativa ou assistencial.
- V. Na abordagem a caminhão nível 2 e nível 3 deve ser utilizado a tática de posicionamento diagonal, devendo adaptar o posicionamento do PM comandante/segurança que se posicionará alinhado junto à extremidade traseira direita do caminhão.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II, III, e V, apenas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () III e V, apenas.
- D. () II, III, IV e V, apenas.

35ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.05/2020-CG (MTP 05) - escoltas policiais e conduções diversas**, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. Em casos de acidentes graves durante a escolta, o comandante deverá providenciar socorro ao militar acidentado, podendo, inclusive, parar o comboio, se assim julgar necessário.
- II. Caso o próprio comandante da escolta se envolva em acidente grave, o primeiro ponta que deparar com a situação deverá prestar o primeiro apoio e o comboio reduzirá a velocidade até que o CPU ou corresponde desloque ao local e assuma o comando ou determine outro comandante.
- III. Havendo acidente considerado grave com qualquer dos integrantes do comboio, o primeiro ponta que deparar com o acidente deve parar e providenciar as primeiras medidas de socorro à vítima, isolamento do local e comunicação do fato ao comandante da escolta.
- IV. Uma das atitudes do comandante da escolta em caso de acidente grave é designar outra motocicleta (batedor ou ala) para assumir a função do acidentado. Nos casos de interdição da via em decorrência do acidente, deverá o comandante da escolta lançar mão de outro itinerário.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas III e IV são verdadeiras.
- B. () Apenas I, III e IV são verdadeiras.
- C. () Apenas I, II, e III são verdadeiras.
- D. () Todas as assertivas são verdadeiras.

36ª QUESTÃO – Diante de uma perseguição policial a um veículo que evadiu de uma Radiopatrulha (RP), o Tenente na função de CPU decidiu pela instalação de operação de cerco das rotas de fuga. Em razão da decisão, deverá ele, simultaneamente, adotar outras providências importantes para o sucesso da intervenção. De acordo com **Manual Técnico-Profissional Nº 3.04.04/2020-CG (MTP 04) – abordagem a veículos**, são providências importantes a serem adotadas pelo Comandante da Operação durante o cerco, **EXCETO**:

- A. () Na ausência do COPOM ou correspondente, o comandante da operação manterá unidade das comunicações, podendo designar, inclusive, que um policial militar com fluência verbal, realize o trabalho de centralização das informações para alimentação da rede de rádio.
- B. () O Tenente comandante da operação coordenará a distribuição do reforço policial militar de forma a recobrir com eficiência todos os pontos necessários.
- C. () Mesmo se a operação cerco, bloqueio e interceptação se estender por tempo indeterminado, o Tenente comandante da operação não deverá substituir o efetivo escalado nos pontos de cerco, uma vez que tais policiais possuem informações relevantes sobre a operação ainda em andamento.
- D. () O Tenente comandante da operação solicitará apoio de Unidades operacionais, com responsabilidade territorial sobre o itinerário do veículo em fuga, ou que possam contribuir na resolução da ocorrência, caso essa medida ainda não tenha sido tomada no início da perseguição.

37ª QUESTÃO – Durante patrulhamento preventivo em uma cidade no interior de Minas Gerais, uma radiopatrulha deparou com uma ocorrência em que um indivíduo mentalmente perturbado, de posse de uma faca, mantinha como refém uma mulher. Diante da situação, o sargento comandante da RP iniciou os procedimentos inerentes ao primeiro interventor em incidentes críticos de segurança pública e acionou o Tenente que se encontrava na função de CPU.

De acordo com o previsto na **Instrução 3.03.24/2018, que trata da primeira intervenção em incidentes críticos de segurança pública de natureza policial**, assinale a opção **CORRETA** em relação à ocorrência citada:

- A. () O Tenente CPU exercerá a função de controlador do incidente, sendo, portanto, o profissional de segurança pública com poder de coordenação e controle dos recursos logísticos e talentos humanos locais. Dentre outras medidas, o CPU será responsável por redefinir o isolamento, potencializar as medidas de proteção e segurança inicialmente realizadas pelo comandante da RP, preparar o local para a recepção das equipes especializadas e auxiliar na montagem do posto de comando.
- B. () Após delimitação dos perímetros táticos e montagem do posto de comando e do posto tático, o CPU deverá se postar no posto tático, visto que possui informações essenciais capazes de assessorar o gestor do incidente crítico de segurança pública.
- C. () O Sgt Comandante da RP e o CPU são as pessoas que, nos primeiros momentos, detêm a maior quantidade de informações sobre o incidente crítico. Apesar de tais condições, eles não devem usar os canais de comunicação institucionais (rede de rádio, Centro de Operações Policiais Militares - COPOM, telefonia fixa/móvel e Sala de Imprensa ou Seção de Comunicação Organizacional), para que as informações sejam compartilhadas internamente na Instituição e com os membros dos demais órgãos, sendo essencial aguardar a chegada do policiamento especializado para início das comunicações oficiais.
- D. () Tanto o sargento comandante da RP quanto o CPU são considerados primeiros interventores do incidente crítico de segurança pública, cabendo a ambos, de maneira compartilhada, as funções iniciais de conter, isolar, estabilizar, verbalizar e acionar.

38ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe a **Instrução n. 3.03.24/18-CG, que dispõe sobre a primeira intervenção em incidentes críticos de segurança pública de natureza policial**, analise as assertivas abaixo e responda o que se pede:

- I. O processo de tomada de decisão em um incidente crítico de segurança pública ficará a cargo do gestor do incidente, que é a autoridade técnica competente para esse tipo de ocorrência.
- II. Em incidentes mais complexos, de acordo com as normas em vigor, ocorrerá a montagem do comitê de gerenciamento de crises, formado por representantes de diversas agências, sendo que, o representante da PMMG executará as atividades como comandante da cena de ação.
- III. O Comandante da cena de ação é a autoridade de linha. Ele coordena, controla e comanda todo o efetivo envolvido na operação policial, exceto as equipes táticas de resposta imediata do BOPE, que possuem autonomia para intervenção em razão da especialização.
- IV. O primeiro interventor é o responsável por conter, isolar, estabilizar, verbalizar e acionar a equipe especializada no caso de incidente crítico de criminalidade. Em se tratando de locais mais distantes, os quais a tropa especializada demore a chegar, poderá o primeiro interventor iniciar o processo de negociação com o perpetrador, a fim de evitar maiores danos àquele incidente.
- V. Na cena de ação o lugar da imprensa é no perímetro mediato, com acesso próximo e rápido às informações, uma vez que ela pode ser usada como uma ferramenta estratégica para influenciar a opinião pública com relação ao trabalho da Instituição. A presença do jornalista representa a oportunidade para Polícia Militar de divulgar a versão correta do incidente crítico.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () Apenas a II é verdadeira.
- B. () I e II são verdadeiras.
- C. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- D. () Todas as assertivas são falsas.

39ª QUESTÃO – O gerenciamento de uma crise em decorrência de um incidente crítico de segurança pública é dividido em três fases: pré-incidental, incidental e pós-incidental. A coordenação e controle durante a fase incidental do gerenciamento da crise é fundamental, sendo responsabilidade do comandante da cena de ação, assessorado pelo gestor do incidente, adotar as providências para selecionar e preparar os recursos materiais e humanos necessários à resolução da crise. O fluxo de informações entre as pessoas envolvidas nas atividades também é essencial para o sucesso do gerenciamento da crise.

Nesse caso, conforme previsto na **Instrução n. 3.03.28/2020-CG, que trata sobre o gerenciamento de crises decorrentes de incidentes críticos de natureza policial**, durante a fase incidental o comandante da cena de ação e o gestor do incidente devem adotar as seguintes providências, **EXCETO**:

- A. () Manter um homem de ligação entre os perímetros, com a atribuição de percorrer os perímetros táticos, colhendo informações, atualizando-os sobre o andamento do incidente crítico, dentre outros.
- B. () Designar um oficial que será responsável por comandar todos os perímetros táticos estabelecidos.
- C. () Determinar a utilização de um canal para a comunicação operacional entre as Equipes Táticas, o Gestor do Incidente Crítico e o Comandante da Cena de Ação.
- D. () Determinar que os líderes de equipes táticas façam o reconhecimento do local do incidente, para identificar locais para a instalação dos snipers e spotters; pontos de adentramento para o time-tático; áreas de fuga e outras informações.

40ª QUESTÃO – O colecionamento de armas, o tiro desportivo e a caça são atividades que, por sua natureza, exigem tratamento especial em relação ao porte de armas de fogo. Os indivíduos que se enquadram como Colecionadores de Armas, Atiradores Desportivos e Caçadores são conhecidos pela sigla CAC. Com relação aos **procedimentos em ocorrências que envolvam CAC** previstos no **Memorando 30.140.4/2021**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Observada a limitação de porte de apenas uma arma municiada para proteção de seu acervo, o CAC poderá transportar todas as suas armas, não havendo limitação. Também não há limitação para a quantidade de munição transportada. Contudo, só poderá ter e transportar munições condizentes com os calibres das armas registradas em seu nome.
- B. () A posse de arma de fogo por CAC no interior de residência ou no local de trabalho sem o respectivo registro (CRAF) também constitui, em tese, o cometimento dos crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido ou posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, conforme o caso, previstos na Lei nº 10.826/2003.
- C. () Durante procedimento de abordagem a CAC fora da residência ou local de trabalho, caso haja irregularidades em relação a validade do CRAF da arma portada, restará configurado crime, razão pela qual deverão ser observadas as providências previstas na DIAO para o porte ilegal de arma de fogo.
- D. () Todas as pessoas que possuem o certificado de registro de CAC também estão aptas a adquirir armas para a composição do acervo próprio e, por consequência, obter o direito ao porte de trânsito.

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40